

The background of the top half of the cover is a vibrant, abstract painting. It features bold, expressive brushstrokes in shades of blue, red, orange, yellow, and green. A hand is visible in the lower right, holding a paintbrush and applying white paint to a circular shape. The overall style is artistic and dynamic.

**RELATÓRIO
DE
ATIVIDADES
E CONTAS
2025**

CASA DE
NOSSA
SENHORA
DA SAÚDE

ÍNDICE

1. Mensagem do Presidente	2
2. Missão e Valores.....	5
2.1 Missão	5
2.2 Valores da CNSS	5
3. Atividades Desenvolvidas.....	6
3.1 Caracterização da Resposta Social.....	7
3.2 Intervenção Técnica	9
3.3 Acompanhamento Educativo	11
3.4 Saúde e Bem-Estar	13
3.5 Atividades Lúdicas e Comunitárias	14
4. Recursos Humanos	17
4.1 Caracterização dos Recursos Humanos	17
4.2 Número de Colaboradores	17
4.3 Formação Profissional.....	18
4.4 Segurança e Bem-Estar no Trabalho	19
5. Desempenho Financeiro	20
5.1 Balanço	20
5.2 Investimentos	21
5.3 Demonstração de Fluxos de Caixa	22
5.4 Demonstração de Resultados.....	24
6. Anexos.....	28

1. Mensagem do Presidente

“O verdadeiro poder é o serviço. É preciso cuidar das pessoas, especialmente das mais frágeis, com humildade, ternura e amor.” — Papa Francisco, 19 de março de 2013, Missa de início do pontificado

Escrevo esta mensagem no dia 25 de março de 2025, data em que a Igreja celebra a Anunciação do Anjo do Senhor a Nossa Senhora. Como afirma o poeta Claudel: *“Nada é forçado: Deus espera que do convite acolhido com humildade nasça a carne do mundo”*.

Quando, no início de 2025, me foi solicitado que assumisse a Presidência da Casa de Nossa Senhora da Saúde (CNSS), a minha primeira reação foi de recusa, por considerar tratar-se de uma missão para a qual não possuía experiência na área das casas de acolhimento, nem competências técnicas específicas no trabalho com crianças e jovens. A minha experiência de gestão foi desenvolvida maioritariamente em contexto empresarial, com equipas altamente qualificadas e num ambiente competitivo.

Perante a dimensão deste desafio e a consciência das minhas limitações, solicitei a algumas Ordens de Clausura em Portugal que rezassem por este convite, para que este se tornasse “carne” e para que fosse encontrada uma congregação religiosa que assegurasse a continuidade da ligação católica da CNSS à Igreja em Portugal.

No verão de 2025, a Congregação da Apresentação de Maria comunicou à anterior Direção da CNSS a sua saída, após uma ligação que perdurava desde 1942. Contudo, quando uma porta se fecha, Deus abre sempre outra, se perseverarmos na fé, na esperança e na caridade. Foi o que sucedeu: com o poder da oração e a generosidade da Congregação das Escravas do Sagrado Coração de Jesus (CESCJ), foi possível encontrar uma nova congregação que assegurasse a continuidade da ligação da CNSS à Igreja em Portugal.

Embora em moldes distintos da congregação anterior — que contava com Irmãs residentes na instituição — a CNSS e a CESCJ celebraram um protocolo de colaboração, com a duração de três anos, assente em três grandes objetivos:

1. Manter a referência da CNSS a uma congregação religiosa feminina, garantindo a sua identidade e os princípios católicos, conforme previsto nos artigos 1.º, 6.º, 10.º, 25.º e 47.º dos seus Estatutos;
2. Aprofundar e qualificar a identidade e a missão da CNSS, através do carisma reparador da CESCJ;
3. Apoiar a CNSS na ampliação dos seus serviços de desenvolvimento integral (pessoal, familiar e social) das crianças e jovens acolhidas.

Uma missão desta natureza exige uma equipa coesa e comprometida. Dou graças a Deus pela generosidade da Irmã Irene Guia, da CESCJ, que desde o primeiro momento abraçou esta missão e assumiu a Direção-Geral da CNSS.

Agradeço igualmente às pessoas que aceitaram integrar a Direção da CNSS: Célia Lucas, pelo trabalho de excelência na área da contabilidade e tesouraria; Gilda Lobo, pela liderança do projeto de saúde mental e física; Adriana Menezes, pelo desenvolvimento dos sistemas de gestão e controlo, bem como pela futura implementação de uma nova política de comunicação e imagem; e ainda as outras colegas que transitaram da anterior Direção: Eduarda Fidalgo, responsável pelo projeto educativo e de inclusão escolar, e Maria Clara Gonçalves, com o pelouro dos recursos humanos e gestão de pessoal.

Dirijo também um agradecimento à Alexandra Lopes, que assumiu a Presidência da Assembleia Geral e tem prestado um apoio valioso em matérias legais, bem como a Patrícia Rodrigues da Silva, que aceitou a Presidência do Conselho Fiscal.

Não posso deixar de reconhecer o empenho de todos os colaboradores da CNSS, que têm demonstrado uma dedicação exemplar na superação dos desafios inerentes a esta fase de transição — nomeadamente a passagem de um modelo com congregação residente para um modelo em que a Diretora-Geral não reside na instituição. Esta alteração implicou o reforço do quadro de pessoal em cerca de uma dezena de colaboradores, com impacto significativo nos custos, como será detalhado neste relatório.

Por fim, uma palavra de profundo agradecimento às utentes da CNSS — razão maior do nosso trabalho — pela forma corajosa como enfrentaram os desafios deste ano de transição.

Linhas de Orientação Estratégica

Na última Assembleia Geral, foi apresentado um plano de ação que define como prioritários os seguintes eixos estratégicos:

- **Projeto de equilíbrio orçamental:** reforço das receitas através da revisão do acordo com a Segurança Social, melhor rentabilização do património, angariação de novos associados e desenvolvimento de protocolos com entidades públicas e privadas; otimização de custos através de parcerias estratégicas;
- **Projeto educativo e inclusão escolar:** promoção da integração social e escolar, melhoria dos resultados académicos e cumprimento dos projetos de vida das crianças e jovens;
- **Projeto de madrinhas e famílias amigas:** reforço do envolvimento nas atividades extracurriculares, incluindo apoio financeiro;
- **Projeto de saúde mental e física:** melhoria da saúde integral das utentes, com protocolos que assegurem maior qualidade e eficiência;
- **Projeto ambiental:** criação de uma horta e jardim de agricultura biológica no terreno adjacente às muralhas da CNSS, atualmente não utilizado;
- **Projeto de formação e gestão de recursos humanos:** implementação de ações de formação ajustadas às funções e desenvolvimento de um sistema de avaliação de desempenho.

Estes são os projetos que esta Direção considera prioritários para a continuidade da missão da CNSS. Importa sublinhar que todos os membros da Direção — com exceção da Diretora-Geral — exercem funções em regime de voluntariado, acumulando estas responsabilidades com a sua vida profissional e pessoal, o que reforça o grau de exigência e dedicação envolvidos.

Tal como fiz aquando da decisão de aceitar esta missão, peço a Deus que nos ilumine com o Seu Espírito Santo, para que possamos continuar a afirmar uma presença cristã no acolhimento de crianças e jovens.

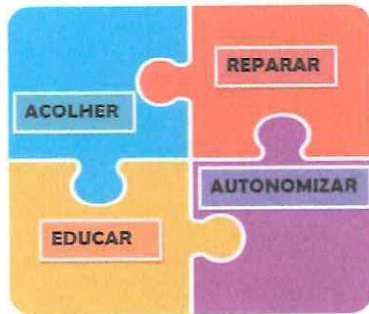
Setúbal, 25 de março de 2026

Firmino Carnot Morgado

2. Missão e Valores

2.1 Missão

Acolher, Reparar, Educar e Autonomizar crianças e jovens do sexo feminino desprovidas de meio familiar natural



- **Acolher** – Receber as crianças e jovens com cuidado, promovendo boas memórias e um sentimento de pertença.
- **Reparar** – Agir de forma intencional e consciente, com base no humanismo e respeito, contribuindo para a reparação emocional das crianças.
- **Educar** – Facilitar aprendizagens formais e não formais, transmitindo valores, conhecimentos e normas que sustentem o desenvolvimento integral.
- **Autonomizar** – Preparar desde o início para a futura saída da Casa, desenvolvendo competências de autonomia funcional e emocional para uma vida independente.

2.2 Valores da CNSS

- **Amor:** agir com bondade, compaixão e perdão.
- **Fé:** confiar em Deus, mesmo sem ver, acreditando em Suas promessas
- **Esperança:** acreditar que Deus tem um propósito e que há vida eterna em Cristo.
- **Perdão:** Uns com os outros e ao próximo como Deus nos perdoa.
- **Caridade:** ajudar o próximo, compartilhar o que se tem e agir com empatia.
- **Humildade:** tratar os outros com respeito e simplicidade.
- **Justiça:** agir com integridade e honestidade

3. Atividades Desenvolvidas

NOTA INTRODUTÓRIA

A Casa de Nossa Senhora da Saúde - Antigo Asilo da Infância Desvalida é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (CNSS), cujo objetivo primordial é a ação social. Enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social com a valência de “Casa de Acolhimento Residencial (CAR) é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, (...) com base na aplicação de medida de promoção e proteção, por um Tribunal de Família e Menores ou por uma Comissão de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens, colocadas na Instituição pela Segurança Social”, atuando neste âmbito, segundo princípios institucionais próprios, alicerçados na matriz humanista Cristã, que presidiu à sua constituição e na legislação em vigor para esta área.

Foi estabelecido um protocolo de cooperação com a Congregação das Escrava do Sagrado Coração de Jesus, no qual a Congregação auxilia a CNSS em manter a matriz espiritual e valores Cristãos e na gestão e organização da vida na Instituição. Essa cooperação tornou-se efetiva com a nomeação de uma Irmã da Congregação como Diretora da CAR, a qual também faz parte da Direção da Instituição.

Continuamos a assentar a nossa ação num modelo de intervenção terapêutico assente em 4 áreas essenciais: Acolher, Reparar, Educar, Autonomizar; um modelo promotor de mudança, baseado na relação e numa missão e orientação geral, em termos educativos.

A integração na rede CLAS, Conselho Local de Ação Social, foi outra das grandes ações deste ano, que permitiu ter acesso, uma rede que se atua como um fórum de planeamento e coordenação de intervenções sociais, com a presença de dezenas de entidades parceiras da cidade de Setúbal, permitindo deste forma que a CAR possa apoiar no planeamento de respostas a nível do concelho que possam beneficiar as crianças e jovens acolhidas, como fator de diferenciação positiva.

Estabelecemos ainda várias parcerias formais e informais, através da cooperação com a Associação D. Pedro IV; Bolsa Social do CADIN; Clínica das Praias do Sado; Clínica Raízes; Clínica Mentis Inquietas; Clínica Integrada de Setúbal; Canto da Psicologia, e outros psicoterapeutas.

3.1 Caracterização da Resposta Social

→ Capacidade licenciada: 50

→ Número médio de crianças/jovens acolhidos: 36

	Nº Utentes
31 de dezembro de 2025	36
Admitidas em 2025	13
Desvinculadas em 2025	13

• Balço de Utentes admitidas e desvinculadas 2025

Durante o ano de 2025 foram admitidas na nossa CAR 13 (treze) crianças e jovens e existiram 13 (treze) desvinculações.

Para efeitos deste relatório iremos contabilizar 36 utentes efetivas a 31-12-2025.

⇒ No ano 2025 foram admitidas 13 crianças e jovens.

Apresentamos motivo principal de acolhimento, sendo que podem existir vários, constituindo uma junção de fatores que levaram à decisão de acolhimento residencial, pelo que para efeitos deste relatório apenas identificamos um dos motivos (o que terá sido o mais dominante).

Admissão	Nº Utentes
Maltrato físico	2
Maltrato emocional - Rejeição ativa	2
Abuso sexual	1
Rutura do vínculo	1
Transferência de CAR	3
Negligência	2
Absentismo escolar	2
Total	13

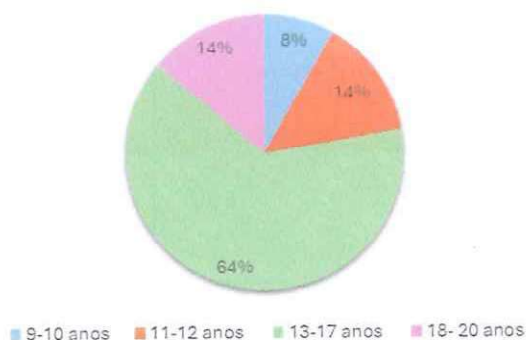
⇒ No ano de 2025 ocorreram 13 desvinculações.

As tipologias de desvinculação foram:

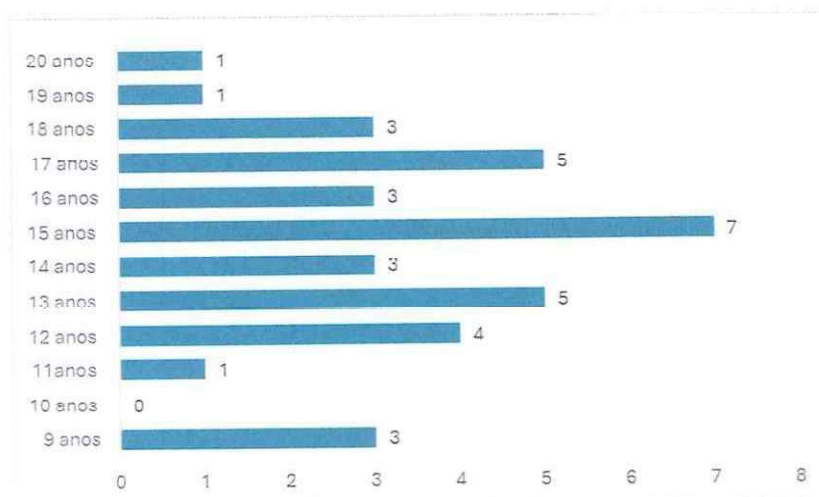
Desvinculação	Nº Utentes
(Re)integração na família nuclear	5
(Re)integração na família alargada	3
Transferência para outra CARE	1
Transferência para outra CAR	1
Confiança a pessoa idónea	1
Autonomia de vida	2
Total	13

• Faixa etária da população acolhida a 31-12-2025

No gráfico seguinte pode-se verificar que a maioria das utentes são adolescentes entre os 13 e os 17 anos de idade (64%). De seguida, com 8% temos a população dos 9 aos 10 anos e com 14% as pré-adolescentes. E por último, com 14% as jovens que já atingiram a maioridade.



Na tabela seguinte é possível analisar a distribuição real das idades das crianças e jovens, tendo maior realce a idade dos 15 anos (7 utentes) e dos 13 anos (5 utentes). Também é possível verificar que as utentes mais novas têm 9 anos e a mais velha têm 20 anos.



3.2 Intervenção Técnica

A importância da promoção de competências e do desenvolvimento da inteligência emocional é hoje um facto incontornável para um desenvolvimento integrado e saudável das crianças e jovens, sendo uma das prioridades das equipas. O contexto de acolhimento torna-se um espaço de oportunidade onde se pode promover um conjunto de ações e estratégias que permitem, a aquisição de competências essenciais para o futuro destas crianças e jovens. A transmissão de conhecimentos acontece, em grande parte, nos momentos do quotidiano, por meio da observação, da imitação e da repetição de comportamentos e práticas. Este processo é influenciado não apenas pelos adultos da CAR, mas também pelas próprias crianças e jovens, através das partilhas, interações e dinâmicas que se estabelecem no dia a dia.

O próximo quadro permite visualizar a atual situação jurídica das crianças e jovens acolhidas na Instituição, especificando os diversos tipos de processo assim como, em certas circunstâncias, a entidade que aplica a medida.

Tipo de Processo	Medida aplicada		Nº de Utentes
Promoção e Proteção	Acolhimento residencial	Comissão de Protecção de Crianças e Jovens	4
	(alínea f) do art.º 35º da LPCJP)	Tribunal	30
	Acolhimento residencial com vista a futura adoção (alínea g) do art.º 35º da LPCJP) e 1978º		2
Total			36

Verifica-se que todas as crianças e jovens acolhidas têm uma medida jurídica aplicada: 34 dessas medidas são de acolhimento residencial, sendo que 30 têm medida aplicada pelo Tribunal e 4 por Comissões de Protecção de Crianças e Jovens; duas menores têm aplicada uma medida de confiança à instituição com vista a futura adoção. Neste momento temos processos a decorrer no Tribunal de Almada, Barreiro, Santiago/Sines, Seixal e Setúbal e nas CPCJ's de Alcochete, Moita, Palmela e Setúbal.

PROJETOS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO A 31-12-2025

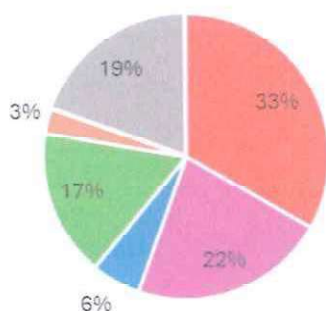
A maioria das 36 utentes do Lar tem projeto de promoção e proteção definido, sendo que se mantém o projeto de vida de (re)integração familiar como aquele em que estão contidas o maior número de crianças jovens (12), logo seguido do projeto de autonomia de vida (8 utentes). Existem duas com um projeto de adoção, decretado pelo Tribunal e são acompanhadas pela equipa da Segurança Social responsável pela Adoção. Em termos de projeto de apadrinhamento civil, seis menores têm este projeto definido pela equipa. Existe ainda uma jovem com projeto de acolhimento prolongado, pois devido às suas características pessoais acreditamos que esta jovem necessitará de um maior apoio após a sua saída da CAR; no caso desta jovem foi também iniciado o Processo Administrativo junto do Ministério Público, para definir o estatuto de maior acompanhado.

Existem sete crianças e jovens com o projeto de promoção e proteção em estudo, por alteração de projeto anterior, estando-se em fase de delineamento do próximo ou por serem situações de acolhimento recente.

Projetos de promoção e proteção		
Projetos de promoção e proteção definidos	R(e)Integração familiar	12
	Autonomia de vida	8
	Adoção	2
	Apadrinhamento civil	6
	Acolhimento prolongado	1
Projetos de promoção e proteção em estudo		7
Nº Total de utentes		36

Em termos de representatividade gráfica, pudemos verificar que a (re)integração familiar é o projeto de vida que mais se destaca.

■ Reintegração familiar
 ■ Autonomia de vida
 ■ Adoção
■ Apadrinhamento civil
 ■ Acolhimento prolongado
 ■ Em estudo



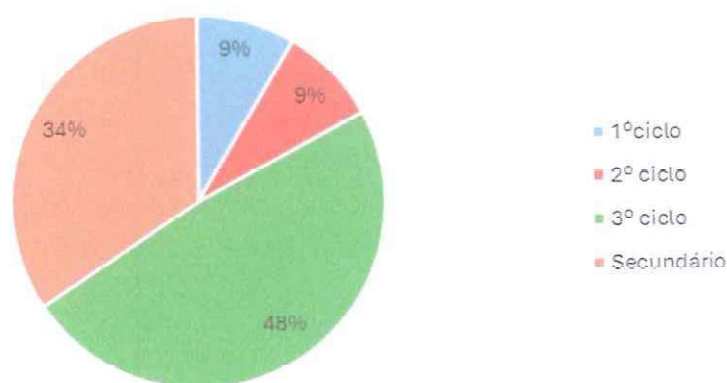
A execução dos projetos de vida no ano de 2025 foi diversificada e decorreu de acordo com o que estava previsto, existindo uma avaliação dinâmica de cada situação. Continuamos a ter uma grande percentagem de menores com projeto de vida de autonomia e alguns projetos de reintegração familiar têm tido uma média temporal de permanência na CAR um pouco elevada, por se considerar que não existem alterações significativas nos agregados de referência que possibilitem a concretização dessas reintegrações. Consideramos que estes agregados cujo projeto de promoção das crianças e jovens passa pela reunificação beneficiam (quando existe) do apoio de um CAFAP, por forma a identificar as fragilidades e potencialidades, capacitar as famílias para a reunificação e fazer os encaminhamentos que se considerem necessários, quer seja para serviços de apoio local, psicoterapias, serviços de saúde, respostas escolares, ação social, etc.

3.3 Acompanhamento Educativo

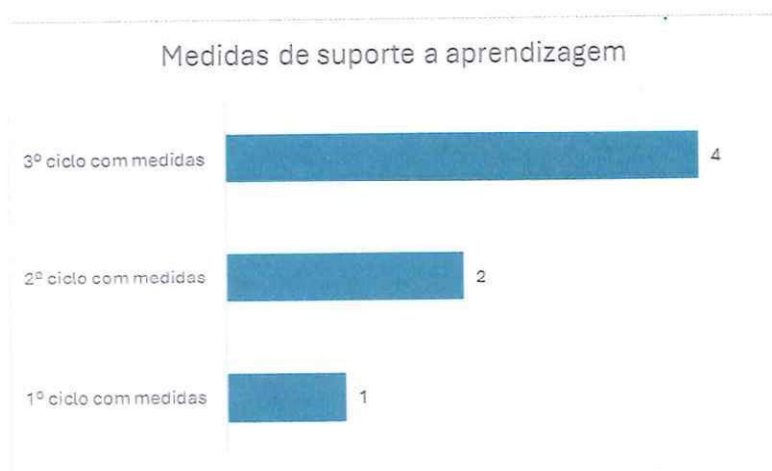
O gráfico apresentado de seguida oferece uma visão global da distribuição das nossas utentes pelos diferentes ciclos do ensino básico, secundário e pós-secundário. A maioria da população (66%) frequenta o ensino básico (do 1.º ao 9.º ano de escolaridade), sendo que 48% se encontram no 3.º ciclo e 9% no 1.º e 2.º ciclos. No ensino secundário encontra-se 34% da população.

Importa referir que existe uma jovem que se encontra a trabalhar, não estando incluída no gráfico apresentado.

Situação escolar



Apresentamos ainda um outro gráfico com a distribuição das nossas utentes pelos diferentes ciclos do ensino básico, secundário e do ensino técnico-profissional, no qual é possível verificar, de forma mais específica, a situação das crianças e jovens, nomeadamente as que beneficiam de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho.



No 1º ciclo estão inseridas três crianças, sendo que uma delas está inserida no âmbito do Decreto-Lei 54-2018. Das três crianças que frequentam o 2º ciclo do ensino básico, duas têm medidas de suporte seletivas ou adicionais. Das dezassete adolescentes que estão a frequentar o 3º ciclo, quatro têm medidas de suporte à aprendizagem. Das doze jovens que frequentam o ensino secundário, quatro das quais têm medidas de suporte à aprendizagem.

Relativamente à escola continua a ser muito importante a colaboração com o Agrupamento de Escolas da nossa área de residência, sendo facilitadores da matrícula/transferência de escola das crianças acolhidas. Quase todas as crianças e jovens estão integradas nos equipamentos escolares da área de residência do Lar, sendo a escola de referência ao nível do 1º ciclo a Escola Básica do 1º Ciclo do Viso e ao nível de 2º ciclo, 3º ciclo e secundário a Escola Básica e Secundária Lima de Freitas, ambas pertencentes ao Agrupamento de Escolas Lima de Freitas em Setúbal. Existem três adolescentes a frequentar outras escolas, fruto do curso profissional que quiseram frequentar.

Para além do facto de ter a maioria das jovens na mesma escola, temos uma longa relação de trabalho e de confiança com este Agrupamento de Escolas, o que se traduz numa maior proximidade com os órgãos diretivos, corpo docente, serviços administrativos e pessoal auxiliar, o que se reflete positivamente no acompanhamento escolar das nossas crianças e jovens.

3.4 Saúde e Bem-Estar

A área da saúde mental é uma das nossas principais preocupações, reconhecendo a importância e necessidade do apoio psicológico externo às nossas crianças e jovens, que visa oferecer suporte emocional e prático para enfrentar desafios mentais, emocionais ou comportamentais, ajudando a lidar com o trauma, aliviando o sofrimento, promovendo o bem-estar e desenvolvendo a resiliência.

Como IPSS que recebe o seu financiamento de forma estatal, sentimos dificuldade em ter a capacidade financeira necessária para suportar de forma integral todos os custos de um acompanhamento a nível de pedopsiquiatria e psicoterapia de forma regular para todas as utentes. Neste sentido as parcerias realizadas são muito importantes, pois permitiram garantir que várias das nossas utentes pudessem beneficiar de forma regular deste suporte.

O valor destas consultas é assumido pela CAR, existindo alguma redução no valor pago nas consultas. Neste momento temos a cooperação da Associação D. Pedro IV (bolsa financiamento); Bolsa Social do CADIN; Clínica das Praias do Sado; Clínica Raízes; Clínica Mentis Inquietas; Clínica Integrada de Setúbal; Canto da Psicologia, e outros psicoterapeutas, que através de várias cooperações permitem que as nossas crianças e jovens possam ter os acompanhamentos que tanto precisam.

Temos ainda a cooperação do Projecto Cuida-te +, a funcionar nas instalações do IPDJ em Setúbal, que visa a promoção da saúde juvenil e estilos de vida saudáveis nas áreas da alimentação e saúde física e desportiva; comportamentos aditivos; saúde sexual e produtiva e saúde mental e que de forma gratuita nos dá acesso a consultas nestas de nutrição e de psicoterapia. Este ano tivemos ainda a cooperação de psicoterapia de forma gratuita através da APAV de Setúbal.

A nível de saúde ainda, temos uma parceria com a Clínica Medifranco, que nos auxilia a nível de medicina dentária e de oftalmologia, áreas igualmente essenciais para a garantia dos cuidados de saúde às nossas crianças e jovens.

De forma informal estabelecemos uma parceria com um ginásio em Setúbal, com preços mais acessíveis, dos quais as nossas utentes podem beneficiar, estando também algumas jovens a frequentar as Piscinas Municipais de Setúbal.

No final do ano conseguimos outra parceria informal com uma cabeleireira, que sem qualquer custo associado, accitou fazer a manutenção dos cabelos das nossas utentes.

3.5 Atividades Lúdicas e Comunitárias

Uma das consequências imediatas da nossa integração no CLASS foi a de obtermos uma resposta muito positiva por parte da Câmara Municipal de Setúbal, nomeadamente através da Divisão da cultura, educação e social, através da parceria para integração em diversas ofertas culturais, pedagógicas, desportivas e de lazer, o que permitiu um planeamento mais eficaz sobretudo do tempo de férias das menores.

As participações na vida da comunidade, através de atividades realizadas fora da CAR, adquirem uma importância crescente, permitindo a estas crianças e jovens um maior autoconhecimento das suas potencialidades e fragilidades, reforçando positivamente os seus processos de autonomização.

Em relação ao Plano Anual de Atividades para 2025, a grande maioria das atividades agendadas concretizaram-se e decorreram na data em que estavam previstas, com os recursos e condições desejados, concluindo-se que se cumpriram a maioria dos objetivos que foram propostos aquando da sua elaboração.

Todas as atividades foram fotografadas e encontra-se o seu registo em formato digital.

Foram realizadas 59 atividades diferentes, sendo algumas semanais, mensais ou repetidas durante um determinado período, o que significa uma média de 5 atividades por mês. Naturalmente a maior concentração dessas atividades ocorre durante as férias escolares.

Neste ano de 2025 queremos destacar o programa de férias de verão, durante os meses de julho e agosto, que promoveu atividades bastante diversificadas, graças à equipa da CNSS e às diferentes parcerias com entidades público-privadas.



VERÃO 2025 [Julho e Agosto]

- PRAIAS EM TROIA**
2 vezes por semana
PSICOLÓGIA DAS INATIVIDADES
2 vezes
- ATIVIDADES EM CASA**
2 vezes por semana
- DIA LIVRE EM CASA**
1 vez por semana
- NAS CIDADES DE SETÚBAL E LISBOA**
7 visitas em Setúbal
3 visitas em Lisboa
- CINEMA EM CASA**
1 vez por semana
- NUMA SALA DE CINEMA**
2 vezes

	Casa das Imagens o Visita guiada o Exposição o Realização de concertos	Casa das Imagens Veionamento de animação Ratatouille	Atividades gratuitas conseguidas através da inclusão no CLAS e do contacto com a Divisão dos Direitos Sociais e Saúde, da Câmara Municipal de Setúbal	
	Museu do Trabalho: Visita à fábrica e atividade relacionada com a indústria conservera	Museu do Trabalho: Peddy paper na fábrica "da lata à lata"		Convento de Jesus Peddy paper "Copa ao Retábulo"
	Piscina das mangalagadas	Yoga/Pilates no parque do Bomfim		

Quinta Pedagógica de S. Paulo Gratuito		Render da Guarda Museu dos Coches Gratuito	Atividades na CNSS Horta Pedagógica – "Secret Garden" Workshops Culinária Concurso Got Talent Vitrais Churrasco no Jardim Jogos de água Confeção de Pizzas e folhados de salsicha Jogos de Estafetas Praia em Albarquel Atividades de Relaxamento Jogos Tradicionais Cinema em Casa
	Atelier Artes Plásticas Pintura em Tela Voluntariado		
Praia em Troia Gratuito Protocolo Cooperação Atlantic Ferries		Treino Funcional com PT Voluntariado	

A Tua Voz é a Nossa Bússola

És o repórter das aventuras de verão, conta-nos
Os teus momentos favoritos e o que mais gostaste!



Avaliação

A tua voz, a nossa bússola

“

Gostei muito, foi incrível, nunca imaginei umas férias assim

“

Férias simples, mas extraordinárias. A diversão é sempre garantida junto com o conhecimento

“

Quer goste, quer não, só tenho que estar agradecida, porque em minha casa, antes de vir para aqui, não tinha nada destas coisas

Avaliação

A tua voz, a nossa bússola

“

As minhas férias foram normais. Eu já estou habituada às minhas férias aqui...

“

Que boas férias

“

2 meses de aventuras

4. Recursos Humanos

4.1 Caracterização dos Recursos Humanos

Os Recursos Humanos constituem um elemento fundamental para a concretização da missão da instituição, garantindo a qualidade dos serviços prestados aos utentes e às suas famílias.

Durante o ano de referência, a instituição contou com uma equipa multidisciplinar composta por trabalhadores com diferentes qualificações profissionais.

A estrutura de pessoal está organizada por equipas, sob a orientação da Diretora Geral da Casa.

4.2 Número de Colaboradores

No final do período em análise, a instituição contava com 27 trabalhadores distribuídos pelas várias equipas: Equipa Técnica, Equipa Educativa e Equipa de Apoio.

	Categoria Profissional	Nº de trabalhadores	Observações
	Diretora Geral da Casa	1	
Equipa Técnica	Diretora Técnica (Psicóloga)	1	
	Assistente Social	1	
	Técnico Superior	1	
	Educadora Social	1	
Equipa Educativa	Professora	1	
	Animadora	1	
	Ajudantes de Ação Direta	14	
Equipa de Apoio	Auxiliares de Serviços Gerais	3	
	Cozinheiras	3	1 Cozinheira é a responsável pela cozinha (Part-time)
Total de Trabalhadores		27	

4.3 Formação Profissional

Ao longo do ano foram promovidas as seguintes ações: Supervisão Técnico-Pedagógica externa e formação em Procedimentos de Emergência e Evacuação.

- **Supervisão Técnico-Pedagógica externa:** constitui uma ação estruturada de formação em contexto de trabalho, promovendo a análise reflexiva de situações reais, a melhoria das práticas institucionais e o desenvolvimento de competências técnicas, educativas e relacionais dos profissionais.

Destinatários

Profissionais da equipa técnica e da equipa educativa da Casa de Acolhimento Residencial.

Formador/Supervisor Externo

Rui Lopes, psicólogo clínico, profissional externo à instituição, com experiência comprovada na área da intervenção com crianças e jovens em perigo.

Metodologia

Análise e discussão de casos práticos, reflexão orientada em contexto de supervisão externa, enquadramento teórico-técnico e definição de estratégias de intervenção ajustadas à realidade institucional.

Periodicidade

Quinzenal, 2 horas por sessão.

- **Formação em Procedimentos Gerais de Emergência e Evacuação:** esta ação integra o Plano Anual de Formação da Instituição, com o objetivo de consciencializar os trabalhadores para a importância do cumprimento dos procedimentos de segurança e treiná-los para atuar, garantindo uma intervenção adequada e imediata, numa emergência (em caso de incêndio ou sismo).

Destinatários

Todos os profissionais das equipas técnica, educativa e de apoio da Casa de Acolhimento Residencial.

Formador

Amadeu Gonçalves, aposentado da Marinha, onde exerceu funções de Bombeiro e formador de Bombeiros, entre outras. Tem o CAP de Formador.

Metodologia

Apresentação teórica, demonstração prática, exercícios e prática supervisionada das técnicas e procedimentos.

Periodicidade

Semestral, 2 horas por sessão

4.4 Segurança e Bem-Estar no Trabalho

Foram mantidas as condições de segurança e saúde no trabalho, assegurando o cumprimento das normas legais em vigor. Para assegurar este acompanhamento, a CNSS contratou o serviço de duas empresas, a Ergolabor (medicina no trabalho) e a Workcare (avalia as condições de segurança no trabalho).

- **ERGOLABOR** – Faz a avaliação de saúde a todos os trabalhadores da instituição, realizam uma consulta e exames anualmente.
- **WORKCARE** – Anualmente faz a inspeção e avaliação das condições de segurança no trabalho, a última realizou-se a 15 de dezembro de 2025.

5. Desempenho Financeiro

5.1 Balanço

BALANÇO	2025	2024
Ativos não Correntes	73 129	69 380
Ativo Corrente	140 952	169 790
TOTAL ATIVO	214 081	239 170
Fundos Patrimoniais	150 766	136 062
Resultado Líquido do Exercício	-32 228	14 704
TOTAL FUNDOS PATRIMONIAIS	118 538	150 766
Passivo não Correntes		
Passivo Corrente	95 543	88 404
TOTAL PASSIVO	95 543	88 404
TOTAL FUNDOS PATRIMONIAIS e PASSIVO	214 081	239 170

Ativo

O Ativo Não Corrente atingiu 73.129 euros em 2025, apresentando um ligeiro aumento face a 69.380 euros em 2024, refletindo o investimento e a manutenção do património da instituição, nomeadamente em equipamentos e outros bens de utilização duradoura necessários ao desenvolvimento das respostas sociais.

Por sua vez, o Ativo Corrente registou uma diminuição, passando de 169.790 euros em 2024 para 140.952 euros em 2025. Esta redução está associada à diminuição das disponibilidades financeiras

Fundos Patrimoniais

Os Fundos Patrimoniais totalizaram 118.538 euros em 2025, verificando-se uma diminuição relativamente aos 150.766 euros registados em 2024.

Esta variação resulta principalmente do resultado líquido negativo do exercício de 2025, no valor de -32.228 euros, contrastando com o resultado positivo de 14.704 euros obtido em 2024.

Apesar desta redução, os fundos patrimoniais continuam a representar uma parcela significativa do financiamento da instituição.

Passivo

O Passivo Total situou-se em 95.543 euros em 2025, registando um aumento face a 88.404 euros em 2024.

A totalidade do passivo corresponde a passivo corrente, não se verificando responsabilidades de médio ou longo prazo. Este valor é composto essencialmente por dívidas a fornecedores, Estado e outros credores correntes resultantes da atividade normal da instituição.

Equilíbrio Financeiro

A análise do balanço evidencia que a instituição mantém uma estrutura financeira baseada maioritariamente em fundos próprios, os quais representam uma parte significativa do financiamento do ativo.

Apesar do resultado negativo registado no exercício de 2025, a instituição continua a apresentar uma situação patrimonial que permite assegurar o cumprimento das suas obrigações e a continuidade das respostas sociais desenvolvidas.

A Direção continuará a acompanhar com rigor a evolução da situação económica e financeira, promovendo medidas que contribuam para o reforço da sustentabilidade da instituição.

5.2 Investimentos**INVESTIMENTOS 2025**

1 BOMBA CALOR	4 000
VIATURA LIGUEIRA	15 500
INTERCOMUNICADOR	758
EQUIPAMENTO VIDEO E AUDIO	670
2 BOMBAS CALOR	7 505
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	321
	28 754

5.3 Demonstração de Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DEZEMBRO 2025

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Recebimentos	622 389
Protocolos Cooperação	463 548
SS Plano Sere +	131 106
Reembolso IVA	2 173
Consignação IRS	3 111
Quotas	800
Donativos em Dinheiro	19 467
Outros	2 184
Pagamentos	-617 354
Fornecedores	-119 156
Pessoal	-497 530
Outros	-669
Reforço caixa	-7 597
Fluxos das atividades operacionais (1)	-2 562

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Recebimentos	120 582
Investimentos financeiros	120 000
Juros (exclusivamente de Investimentos Financeiros)	582
Pagamentos	-68 754
Investimentos financeiros	-40 000
Investimentos Imobilizado	-28 754
Fluxo das atividades de investimento (2)	51 828

Variação caixa e equiv. = (1) + (2)	49 266
Caixa e seus equiv. início do período	46 620
Caixa e seus equivalentes fim do período	95 886

A Demonstração de Fluxos de Caixa evidencia os movimentos financeiros ocorridos durante o exercício de 2025, permitindo analisar a origem e a aplicação dos recursos monetários da instituição.

Fluxos das Atividades Operacionais

No âmbito das atividades operacionais, os recebimentos totais ascenderam a 622.389 euros, sendo a principal fonte de financiamento os Protocolos de Cooperação, no montante

de 463.548 euros, bem como os apoios do Plano Ser + da Segurança Social, no valor de 131.106 euros.

Registaram-se ainda outras entradas, nomeadamente donativos em dinheiro, quotas e reembolsos diversos.

Relativamente aos pagamentos, estes totalizaram 617.354 euros, destacando-se os encargos com pessoal, que representaram 497.530 euros, constituindo a principal componente dos custos operacionais da instituição. Verificaram-se também pagamentos a fornecedores, no valor de 119.156 euros, associados ao funcionamento corrente das respostas sociais.

Desta forma, o fluxo líquido das atividades operacionais foi ligeiramente negativo, situando-se em -2.562 euros, refletindo um equilíbrio próximo entre os recebimentos e os pagamentos associados à atividade regular da instituição.

Fluxos das Atividades de Investimento

No que respeita às atividades de investimento, registaram-se recebimentos no valor de 120.582 euros, resultantes essencialmente de investimentos financeiros e dos respetivos juros obtidos.

Por outro lado, os pagamentos associados ao investimento totalizaram 68.754 euros, incluindo 40.000 euros em aplicações financeiras e 28.754 euros em investimento em imobilizado, destinados à melhoria ou renovação de equipamentos e infraestruturas da instituição.

Assim, o fluxo líquido das atividades de investimento foi positivo, no montante de 51.828 euros.

Variação de Caixa e Disponibilidades

Considerando os fluxos operacionais e de investimento, verificou-se uma variação positiva de caixa e equivalentes de caixa de 49.266 euros durante o exercício.

Desta forma, a instituição passou de 46.620 euros de disponibilidades no início do período para 95.886 euros no final do exercício de 2025, evidenciando um reforço significativo da sua posição de liquidez.

A análise da Demonstração de Fluxos de Caixa demonstra que, apesar do ligeiro défice nas atividades operacionais, a instituição conseguiu reforçar as suas disponibilidades

financeiras ao longo do exercício, essencialmente através da gestão das atividades de investimento.

Esta evolução contribui para fortalecer a liquidez e a capacidade financeira da instituição, permitindo assegurar o cumprimento das suas obrigações e a continuidade das respostas sociais desenvolvidas.

	95 886
Caixa	1 803
Depósito ordem CGD	93 690
Depósito ordem Santander	393
Depósito a prazo	40 000
Total Disponibilidades	135 886

5.4 Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2025	2024
Prestações de serviços	464 348	452 298
Subsídios, doações e legados à exploração	185 880	174 089
Outros rendimentos	17 037	10 484
RENDIMENTOS	667 264	636 870
CMV/MC	53 948	41 804
Fornecimentos e serviços externos	107 813	135 133
Gastos com o Pessoal	511 282	422 715
Outros gastos	2 025	4 245
GASTOS	675 069	603 897
Resultado antes de Amortizações	-7 804	32 973
Gastos de depreciação e de amortização	25 005	19 577
Resultado Operacional	-32 810	13 397
Juros e rendimentos similares obtidos	582	1 308
Resultado líquido do período	-32 228	14 704

A Demonstração de Resultados relativa ao exercício de 2025 evidencia a evolução dos rendimentos e gastos da instituição no desenvolvimento das suas atividades.

Rendimentos

No exercício de 2025, os rendimentos totais ascenderam a 667.264 euros, registando um aumento face a 636.870 euros em 2024.

A principal fonte de rendimentos continua a ser a prestação de serviços, no valor de 464.348 euros, correspondente essencialmente às participações dos utentes nas diferentes respostas sociais. Este valor apresenta um ligeiro aumento relativamente a 452.298 euros registados em 2024.

Os subsídios, doações e legados ligados à exploração totalizaram 185.880 euros, refletindo o apoio de entidades públicas e privadas à atividade da instituição, registando também um aumento face ao ano anterior (174.089 euros). Nesta rubrica importa salientar, o apoio da Associação D. Pedro V com bolsas de apoio psicológico durante um período de 12 meses para 15 utentes, tendo sido recebido, em 2025, 50% do valor total atribuído 11.880 euros.

Os outros rendimentos atingiram 17.037 euros, superiores aos 10.484 euros registados em 2024.

Gastos

Os gastos totais ascenderam a 675.069 euros, verificando-se um aumento relativamente aos 603.897 euros registados em 2024.

Entre as principais rubricas de gastos destacam-se:

Gastos com o pessoal, no valor de 511.282 euros, que continuam a representar a maior parcela dos custos da instituição, refletindo a importância dos recursos humanos na prestação dos serviços sociais. Em 2024 este valor foi de 422.715 euros.

Fornecimentos e serviços externos, que totalizaram 107.813 euros, registando uma diminuição face aos 135.133 euros do exercício anterior, o que evidencia um esforço de controlo de custos.

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, no valor de 53.948 euros, superior ao registado em 2024 (41.804 euros).

Gastos de depreciação e amortização, que ascenderam a 25.005 euros, refletindo o desgaste e a utilização do património da instituição.

Resultados

O resultado antes de amortizações foi negativo em 7.804 euros, contrastando com o resultado positivo de 32.973 euros obtido em 2024.

Após a contabilização das depreciações e amortizações, o resultado operacional situou-se em -32.810 euros, quando no exercício anterior tinha sido positivo em 13.397 euros.

Considerando ainda os juros e rendimentos similares obtidos, no valor de 582 euros, o resultado líquido do período de 2025 foi negativo em 32.228 euros, comparativamente com o resultado positivo de 14.704 euros em 2024.

Análise

A evolução dos resultados evidencia que, apesar do aumento dos rendimentos no exercício de 2025, verificou-se também um crescimento significativo dos gastos, em particular dos custos com pessoal, o que contribuiu para o resultado líquido negativo registado no período.

O gasto com CMVMC apresenta um aumento, que não é real, uma vez que houve um grande aumento nos donativos em espécie que são refletidos nesta conta por contrapartida da conta de rendimentos - Donativos em espécie, reflexo de um reforço relevante dos apoios recebidos sob a forma de bens.

	2024	2025
CMVMC	41 804	53 948
Alimentação em espécie	4 696	28 146
Gastos Alimentação	37 108	25 802

No âmbito da análise da estrutura de custos da resposta social, verifica-se que, considerando a capacidade instalada e financiada de 50 crianças/jovens, o custo operacional mensal ascende a 58.340 euros, correspondendo a um custo médio por utente de 1.166,8 euros. Por sua vez, a comparticipação financeira prevista no acordo de cooperação celebrado com a Segurança Social fixa-se em 1.002,20 euros por utente/mês, evidenciando, assim, um diferencial negativo de 164,6 euros por utente, mesmo num cenário de plena ocupação da capacidade instalada.

	Estrutura de custo no contexto
	Acordo em vigor
n.º crianças/jovens em acolhimento protocolo	50
Total de Gastos operacionais	58 340
Custo por Utente	1 166,8
Pagamento previsto no acordo social estabelecido com SS	1 002,2
Resultado	-164,6

No que diz respeito ao aumento dos gastos com pessoal, deve-se essencialmente, ao reforço do quadro de pessoal, necessário ao cumprimento das exigências legais e operacionais, e à garantia do funcionamento contínuo da instituição, 24 horas por dia, função que, até 2024, era assegurada pelas Irmãs da Congregação que integravam a Casa.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em:	
Exercício	número médio de colaboradores
31-12-2024	24
31-12-2025	30

A Direção manterá um acompanhamento rigoroso da evolução dos custos e das receitas, promovendo a adoção de medidas orientadas para o reforço do equilíbrio económico-financeiro da instituição e para a manutenção da qualidade da resposta social prestada, privilegiando, em particular, a diversificação das fontes de financiamento e a mitigação da dependência face à Segurança Social.

6. Anexos

- I. Demonstrações Financeiras
- II. Conta de Gerência de 2025
- III. Parecer do Conselho Fiscal

I. ANEXO

Demonstrações Financeiras

CASA NOSSA SENHORA DA SAUDE
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 500 876 150

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	10	464.348,10	452.297,68
Subsídios, doações e legados à exploração	17.11	185.879,67	174.088,91
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	53.947,96	41.803,68
Fornecimentos e serviços externos	17.12	107.813,31	135.133,49
Gastos com o pessoal	15	511.281,94	422.714,74
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.13	17.036,62	10.483,61
Outros gastos	17.14	2.025,40	4.244,83
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-7.804,22	32.973,46
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	25.005,49	19.576,94
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-32.809,71	13.396,52
Juros e rendimentos similares obtidos	17.15	582,00	1.307,50
Juros e gastos similares suportados	17.15	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-32.227,71	14.704,02
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-32.227,71	14.704,02

A Direcção

O responsável

Maria Clara F. Vilhena
Célia Maria Correia Lucas
Maria Eduarda Domingos Botelho
Imenqunq

Adriano Benb

CASA NOSSA SENHORA DA SAUDE
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 500 876 150
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	71 260,81	67 511,92
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	17.1	1 868,47	1 868,47
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		73 129,28	69 380,39
Activo corrente			
Inventários	9	788,39	310,45
Créditos a receber		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	17.9	2 685,03	775,40
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	17.5	1 576,50	1 810,70
Outros ativos correntes	17.4	16,09	5,76
Caixa e depósitos bancários	17.6	135 885,70	166 887,36
		140 951,71	169 789,67
Total do ativo		214 080,99	239 170,06
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.7	3 956,67	3 956,67
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	17.7	146 809,18	132 105,16
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
		150 765,85	136 061,83
Resultado líquido do período		-32 227,71	14 704,02
Total dos fundos patrimoniais		118 538,14	150 765,85
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	17.9	12 187,50	19 919,04
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	17.5	0,00	0,00
Outros passivos correntes	17.10	83 355,35	68 485,17
		95 542,85	88 404,21
Total do passivo		95 542,85	88 404,21
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		214 080,99	239 170,06

A Direcção

O Responsável

Maria Clara P. Vilhena
Célia Maria Correia
Margarida Edesete Loureiro
Rui...

Adriano Bento

Gilberto Campino


CASA NOSSA SENHORA DA SAUDE
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

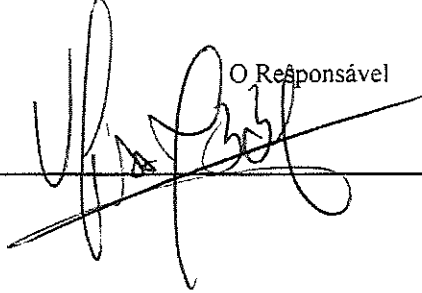
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		800,00	0,00
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		130 585,40	165 041,55
Pagamentos ao pessoal		341 464,71	275 747,32
Caixa gerada pelas operações		-471 250,11	-440 788,87
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		468 420,83	478 614,39
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-2 829,28	37 825,52
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		28 754,38	986,34
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		80 000,00	280 000,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		80 000,00	280 000,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		582,00	1 307,50
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-28 172,38	321,16
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-31 001,66	38 146,68
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		166 887,36	128 740,68
Caixa e seus equivalentes no fim do período		135 885,70	166 887,36

A Direcção

O Responsável


 Maria Clara P. Vilhona
 Celia Maria Cosme
 Maria Eduarda Domingues
 Adriane Bento



II. ANEXO

Conta de Gerência de 2025

CASA NOSSA SENHORA DA SAÚDE

Handwritten signatures and initials, including the name "Tereza" and "Geli".

Anexo

Conta de Gerência de 2025

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação.....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	13
5	Ativos Fixos Tangíveis	13
6	Ativos Intangíveis	15
7	Locações.....	15
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	15
9	Inventários	15
10	Rédito.....	16
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	16
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	16
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	16
14	Imposto sobre o Rendimento	16
15	Benefícios dos empregados e Órgãos Diretivos	17
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
17	Outras Informações	18
17.1	Investimentos Financeiros.....	18
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros.....	18
17.3	Créditos a Receber	18
17.4	Outros Ativos Correntes	19
17.5	Diferimentos.....	19
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	19
17.7	Fundos Patrimoniais	20
17.8	Fornecedores.....	20
17.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	20
17.10	Outros Passivos Correntes.....	21
17.11	Subsídios, doações e legados à exploração.....	21
17.12	Fornecimentos e serviços externos.....	21
17.13	Outros rendimentos e ganhos.....	22
17.14	Outros gastos e perda	22
17.15	Resultados Financeiros.....	22
17.16	Acontecimentos após data de Balanço	23

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top, followed by several smaller initials and signatures, some with checkmarks.

1 Identificação da Entidade

1.1 Designação da entidade

CASA DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE

Na sua forma jurídica assume-se como uma instituição de direito privado, conforme publicação no Diário do Governo, III Série nº 253, de 26 de Outubro de 1968, reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), conforme Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro.

1.2 Sede

Outeiro da Saúde, n.º 9, 2900-525 Setúbal

1.3 NIPC

500 876 150

1.4 Natureza da atividade

A Instituição foi constituída em 1943 e apresenta como fins estatutários apoiar crianças e jovens, do sexo feminino, desprovidas de meio familiar normal, tendo em vista proporcionar-lhes meios que promovam a valorização pessoal e profissional e, de um modo geral, a sua integração familiar e social, desenvolvendo atualmente as seguintes respostas:

- Lar de Infância e Juventude (LIJ)

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adaptadas pela Entidade na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materiais se puderem, individualmente ou coletivamente influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. A dimensão ou a natureza do item, ou uma combinação de ambas, pode ser o fator determinante.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo. Se uma linha de item não for individualmente material, ela é agregada a outros itens, seja na face dessas demonstrações, seja nas notas do anexo. Um item que não seja suficientemente material para justificar a sua apresentação separada na face dessas



demonstrações pode porém ser suficientemente material para que seja apresentado separadamente nas notas do anexo.

3.1.5 Compensação

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos, não devem ser compensados. É importante que os ativos e passivos e os rendimentos e gastos sejam separadamente relatados. A compensação quer na demonstração dos resultados quer no balanço, exceto quando a mesma reflita a substância da transação ou outros acontecimentos, prejudica a capacidade dos utentes em compreender as transações, outros acontecimentos e condições que tenham ocorrido e de avaliar os futuros fluxos de caixa da entidade.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída para a informação descritiva quando for relevante para compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top, a signature below it, and several initials and smaller signatures further down.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	---
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	---
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhada na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração é também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

Handwritten signatures and initials:
M. Para
R. P. P.
E. P. P.
I. P.
V. P.
G. P.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidos diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	----
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	----
Outros Ativos Intangíveis	----

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controle nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registrados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

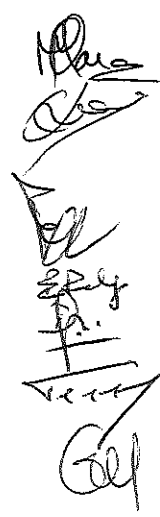
Pelo MEP as participações são registradas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

H. Pires
E. J. S.
F. J.
L. M.
G. P.



3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou dos serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registrados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registradas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos Correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;

- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

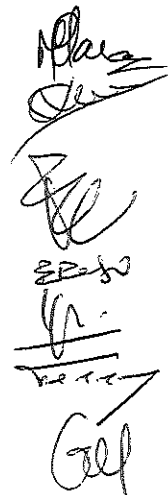
E/ou

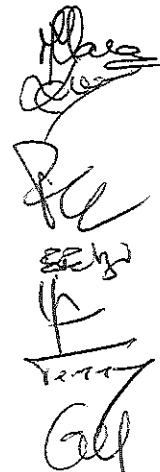
Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.





De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa aplicável sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2021 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Handwritten signatures and initials:
 D. Aires
 E. Aires
 H. Aires
 G. Aires

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

Bens do património histórico, artístico e cultural

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição (Ativo)	Exercício de 2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	
Terreno e recursos naturais	95 444,98	0,00	0,00	0,00	0,00	95 444,98
Edifícios e outras construções	236 949,75	0,00	0,00	0,00	0,00	236 949,75
Equipamento Básico	222 409,22	429,27	0,00	0,00	0,00	222 838,49
Equipamento de transporte	75 613,05	0,00	0,00	0,00	0,00	75 613,05
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	183 931,15	279,98	0,00	0,00	0,00	184 211,13
Outros ativos fixos tangíveis	99 924,82	277,09	0,00	0,00	0,00	100 201,91
Total	914 272,97	986,34	0,00	0,00	0,00	915 259,31

Exercício de 2024				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terreno e recursos naturais	95 444,98	0,00	0,00	95 444,98
Edifícios e outras construções	187 041,29	8 609,64	0,00	195 650,93
Equipamento Básico	192 543,97	9 414,20	0,00	201 958,17
Equipamento de transporte	75 613,05	0,00	0,00	75 613,05
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	183 291,50	599,78	0,00	183 891,28
Outros ativos fixos tangíveis	94 235,66	953,32	0,00	95 188,98
Total	828 170,45	19 576,94	0,00	847 747,39

Exercício de 2025						
Descrição (Ativo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Terreno e recursos naturais	95 444,98	0,00	0,00	0,00	0,00	95 444,98
Edifícios e outras construções	236 949,75	0,00	0,00	0,00	0,00	236 949,75
Equipamento Básico	222 838,49	0,00	0,00	0,00	0,00	222 838,49
Equipamento de transporte	75 613,05	15 500,00	17 858,35	0,00	0,00	73 254,70
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	184 211,13	990,71	0,00	0,00	0,00	185 201,84
Outros ativos fixos tangíveis	100 201,91	12 263,67	0,00	0,00	0,00	112 465,58
Total	915 259,31	28 754,38	17 858,35	0,00	0,00	926 155,34

Exercício de 2025				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terreno e recursos naturais	95 444,98	0,00	0,00	95 444,98
Edifícios e outras construções	195 650,93	8 609,64	0,00	204 260,57
Equipamento Básico	201 958,17	7 859,10	0,00	209 817,27
Equipamento de transporte	75 613,05	3 875,00	17 858,35	61 629,70
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	183 891,28	1 310,51	0,00	185 201,79
Outros ativos fixos tangíveis	95 188,98	3 351,24	0,00	98 540,22
Total	847 747,39	25 005,49	17 858,35	854 894,53

Ano	Total Ativos Fixos Tangíveis	Total Deprec. Acumuladas	Ativo Líquido
2024	915 259,31	847 747,39	67 511,92
2025	926 155,34	854 894,53	71 260,81

Propriedades de Investimento

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025 mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

Os planos de reembolso da dívida discriminam-se da seguinte forma:

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente aos empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Exercício de 2024					Exercício de 2025			
	CMVMC	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário final	CMVMC	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário final
Mercadorias		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, Subs. Consumo	41 803,68	260,36	37 157,44	4 696,33	310,45	53 947,96	26 279,54	28 146,36	788,39
Produtos acabados e intermédios		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desp., resid. Interm.		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Total	41 803,68	260,36	37 157,44	4 696,33	310,45	53 947,96	26 279,54	28 146,36	788,39

10 Rédito

Para os períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2025
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores (Mensalidades)	0,00	0,00
Quotas e jóias	0,00	800,00
Subsídios ISS - Acordos Cooperação	452 297,68	463 548,10
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaboradores	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	452 297,68	464 348,10

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentesProvisões

Nos períodos de 2024 e 2025, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

14 Imposto sobre o Rendimento

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

Maria da Graça
Rita da Graça
Maria Eduarda
Ana Filipa
Maria Clara
Firmino
Célia
Adriana
Gilda
Maria Irene

15 Benefícios dos empregados e Órgãos Diretivos

Os membros dos órgãos diretivos, para os períodos de 2024 e 2025, foram, respetivamente:

Exercício 2024	
Cargo	Nome
Presidente	Vitor Manuel Rosa Pereira
Vice-Presidente	Rita da Graça Rodrigues Pestana
Secretário	Maria Eduarda Domingos Fidalgo
Tesoureiro	Ana Filipa Justo Melro
Vogal	Maria Clara Vilhena Gonçalves

Exercício 2025	
Cargo	Nome
Presidente	Firmino José Carnot Morgado
Vice-Presidente	Maria Clara Pereira Vilhena Gonçalves
Secretário	Maria Eduarda Domingos Fidalgo
Tesoureiro	Célia Maria Correia Lucas
Vogal	Adriana Bento Telles de Menezes
Vogal	Gilda Eduarda Lobo Rodrigues Campinos
Vogal	Maria Irene Azevedo Guia

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em:	
Exercício	número médio de colaboradores
31-12-2024	24
31-12-2025	30

Os órgãos diretivos não usufruem quaisquer remunerações.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2025
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	345 022,48	418 796,94
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	1 953,92	674,73
Encargos sobre as Remunerações	72 568,46	87 111,47
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1 796,06	2 633,90
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1 373,82	2 064,90
Total	422 714,74	511 281,94

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2024	2025
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	1 868,47	1 868,47
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	1 868,47	1 868,47

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2024 e 2025, apresentava os seguintes saldos:

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

17.3 Créditos a Receber

Para os períodos de 2024 e 2024 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

Nos períodos de 2024 e 2025 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

Handwritten signatures and initials:
 Para
 J...
 E...
 L...
 T...
 G...

17.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros ativos Correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2025
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	5,76	0,00
Adiantamentos a Fornecedores	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	6,09
Outros Devedores	0,00	10,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	5,76	16,09

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2025
Gastos a reconhecer		
- Seguros	1 633,68	1 395,05
- Outras despesas com gasto diferido	177,02	181,45
-	0,00	0,00
Total	1 810,70	1 576,50

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2024 e 2025, encontrava-se com o seguinte saldo:

Descrição	2024	2025
Caixa	267,31	1 802,94
Depósitos à ordem	46 620,05	94 082,76
Depósitos a prazo	120 000,00	40 000,00
Outros	0,00	0,00
Total	166 887,36	135 885,70

M. Maia

 J. Silva

 P.

 E. V.

 P.

 J.

 G.

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	3 956,67	0,00	0,00	3 956,67
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	132 105,16	14 704,02	0,00	146 809,18
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	136 061,83	14 704,02	0,00	150 765,85

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)- Restituições	645,40	2 684,53
Outros Impostos e Taxas	130,00	0,50
Total	775,40	2 685,03
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4 134,00	2 077,72
Segurança Social	15 785,04	10 109,78
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	19 919,04	12 187,50

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

17.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2025	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	552,59
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	68 485,17	0,00	80 611,57
Outros credores	0,00	0,00	0,00	2 191,19
Total	0,00	68 485,17	0,00	83 355,35

17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2025, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2025
Subsídios ISS	131 106,00	131 106,00
- Outros Subsídios ISS - Plano Sere +	131 106,00	131 106,00
Subsídios de outras entidades Públicas	0,00	0,00
- Autarquias	0,00	0,00
- IEF	0,00	0,00
- Outras Entidades	0,00	0,00
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	42 982,91	54 773,67
Legados	0,00	0,00
Total	174 088,91	185 879,67

17.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025, foi a seguinte:

Descrição	2024	2025
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	66 871,67	45 802,80
Materiais	2 586,60	6 073,40
Energia e fluidos	20 230,45	19 068,59
Deslocações, estadas e transportes	3 506,89	2 237,31
Serviços diversos	13 676,64	14 206,93
Encargos com os Utentes	28 261,24	20 424,28
Total	135 133,49	107 813,31

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

17.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Rendimentos Suplementares	4 753,31	7 189,84
Descontos de pronto pagamento obtidos	8,00	118,76
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	72,00	5 117,54
Outros rendimentos e ganhos	5 650,30	4 610,48
Total	10 483,61	17 036,62

17.14 Outros gastos e perda

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Impostos	844,96	660,01
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dividas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	3 399,87	1 365,39
Total	4 244,83	2 025,40

17.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2025
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1 307,50	582,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	1 307,50	582,00
Resultados Financeiros	1 307,50	582,00

17.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data mais eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

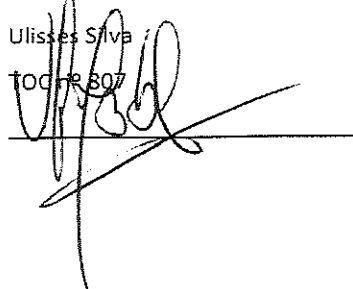
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Setúbal, 03 de Março 2026

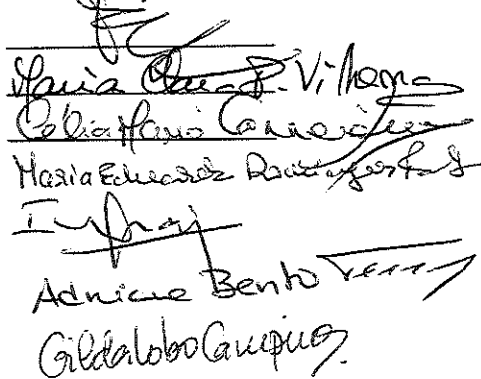
O Contabilista Certificado

Ulisses Silva

TOC nº 807



A Direção



Luís Carlos Vilhena
Célia Maria Gonçalves
Maria Eduarda Duarte
Eugénio
Adriano Bento
Gildardo Gonçalves